

Contribuição para o PNE2050

de Claudio Almeida (Presidente da ABEN, Associação Brasileira de Energia Nuclear)

Resumo: Foi feita uma leitura e análise total do Relatório, com ênfase nos aspectos de Energia Nuclear. Mas são feitos comentários também nas áreas de energia eólica e solar e no setor de transportes. Os comentários foram discutidos com outros membros da Diretoria da ABEN, mas representam a opinião individual do Presidente da ABEN.

COMENTÁRIOS

Pag. 14 - A consideração inicial ao PNE 2030 é louvável.

Pag. 43 – Desafios, Item 1: Faltou mencionar a fonte nuclear como uma fonte não emissora de carbono.

Pag. 71 – Tabela 4 – O grupamento Fosseis+Nuclear (FOS+NUC) nos parece inadequado devido a enorme diferença da estrutura de custos e a diferença do impacto ambiental, sendo a fonte nuclear uma fonte não emissora. Isso se reflete depois nas tabelas dos cenários e recomendações das diversas fontes de energia. E se reflete também na resposta a **questão 3**, mencionada no **Resultados Gerais** quando nuclear deveria ser parte do grupo “sem emissão de gases de efeito estufa”, mas as fosseis não estariam nesse grupo.

Pag.72 – Figura 21 – A parcela de energia nuclear não aparece explicitamente. Se ela é parte de **Demais**, parece que só 2% no Perfil de Capacidade Instalada é um valor subestimado.

Pag.74 – Item 3. Matriz Elétrica 100% renovável ou não emissora? – Aqui de novo o grupamento de Fosseis + Nuclear causa problemas, pois nuclear é não emissora e fosseis são emissoras de GEE e as duas deveriam ser consideradas em separado.

Pag.100 – Desafios, Item 4 – O descomissionamento dos parques eólicos deve ser tomado em conta não só pelos impactos ambientais, mas também no custo do descomissionamento e do tratamento dos rejeitos.

Pag.105 – Recomendações, Item 6 – As regras de descomissionamento de parques eólicos deve devem também estabelecer as responsabilidades pelos rejeitos e os custos associados com fundos que devem ser acumulados durante a operação.

Pag.110 – Desafios, Item 2 – O descarte e reciclagem de equipamentos de sistema fotovoltaicos deve ser tomado em conta não só pelos impactos ambientais, mas também no custo do tratamento dos rejeitos.

Pag.114 – Recomendações, Item 4 – A regulamentação relativa à reciclagem de componentes dos sistemas fotovoltaicos deve devem também estabelecer as responsabilidades pelo descarte e reciclagem e pelos rejeitos e pelos os custos associados com fundos que devem ser acumulados durante a operação.

Pag.126 – Energia Nuclear – Este capítulo está muito bem redigido, embora destoe no seu conteúdo dos demais capítulos. Aqui é reconhecido o papel destacado da tecnologia nuclear no abatimento de emissões dos gases de efeito estufa. Também é reconhecida a Política Nuclear Brasileira, estabelecida pelo Decreto nº 9600 de 5/12/2018, e seus objetivos.

Pag.129 – Desafios, Item 2 e Pag.132 Recomendações, Item 2 – Concordamos plenamente na necessidade de se resolver sobre a flexibilização do monopólio da União na cadeia nuclear.

Pag.130 – Exercícios Quantitativos e Pag.131 Figura 53 – O estudo do efeito da redução de custos sobre a inserção de usinas nucleares parece bem feito. Mas a redução de custo CAPEX de 45% e 50% parecem irrealistas por serem muito otimistas.

Pag.133 – Recomendações, Item 5 - Concordamos plenamente com a necessidade de desenvolvimento da capacitação e renovação dos recursos humanos com expertise em todas as áreas da tecnologia nuclear.

Pag.133 – Recomendações, Item 6 – Com respeito a gestão de rejeitos radioativos, não basta acompanhar as atividades relativas ao projeto RBMN (*Rejeitos de Baixo e Médio Nível, está faltando na Lista de Abreviaturas no início do Relatório!*). É necessário estabelecer a estrutura organizacional para a execução do projeto e prover de fundos adequados para sua execução.

Pag.134 – Recomendações, Item 10 – Para a retomada da prospecção de urânio seria necessário resolver a questão do monopólio da União e dos recursos humanos no setor de geologia de urânio, ambos mencionados anteriormente.

Pag.204 – Transportes e Pag.213 - Recomendações – Embora no início deste capítulo se reconheça que o transporte de carga e passageiros no Brasil tem sido primordialmente pelo modo rodoviário, na parte sobre Recomendações não há uma recomendação específica para o incentivo do transporte ferroviário.